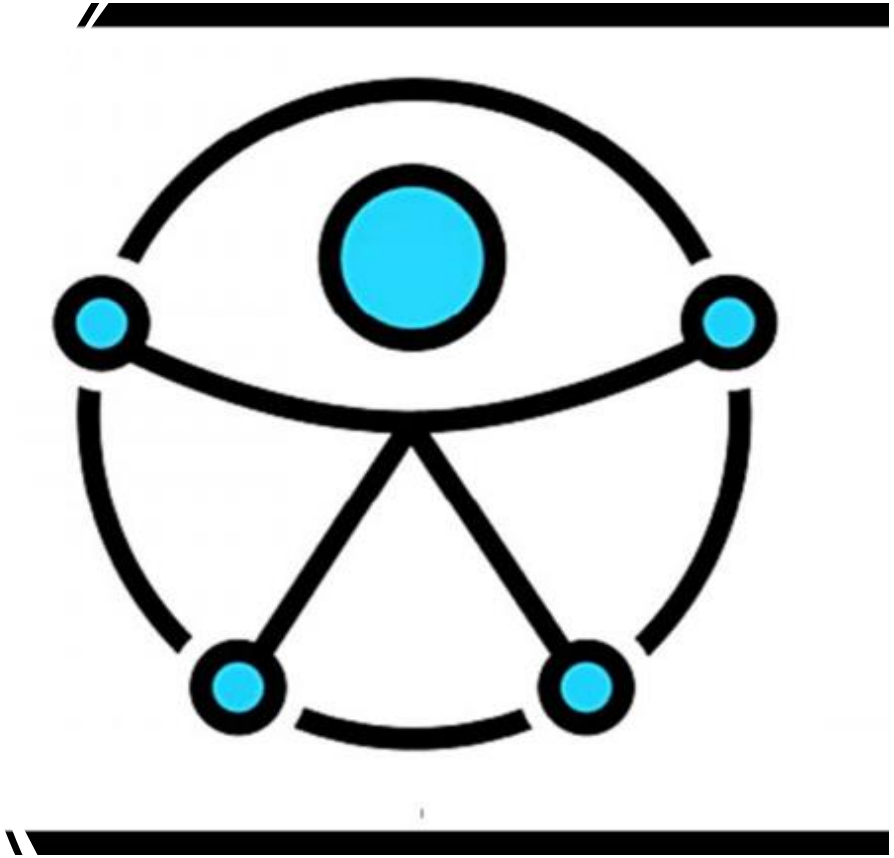
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório Anual de atividades
Ano base 2024
acessibilidade e inclusão

Acessibilidade

Diretrizes e ações estratégicas para fomentar a eliminação de barreiras e democratizar o acesso à Justiça, visando promover a reflexão sobre inclusão e valorização da pessoa e do profissional com deficiência por iniciativas da Seção de Acessibilidade e Inclusão e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJSP



O Tribunal de Justiça de São Paulo, atento a pautas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Judiciário, e em cumprimento à Resolução nº 401/21 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituiu a Seção de Acessibilidade e Inclusão. Vinculada à Diretoria de Apoio aos Servidores (Daps), recebe demandas sobre o tema, assessora o planejamento e o monitoramento de iniciativas e promove práticas inclusivas e acessíveis a partir de diretrizes e ações estratégicas

As ações da Seção de Acessibilidade alcançam, além do público interno, jurisdicionados, advogados, defensores públicos, integrantes do Ministério Público e outros usuários do sistema de Justiça

Com a criação da Seção, a equipe tem se preparado para definir estratégias institucionais a fim de fomentar a igualdade e a eficiência no atendimento, alinhada às demais secretarias do TJSP

O setor conta, por exemplo, com uma servidora intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). O Setor auxilia magistrados na convocação de tradutores e intérpretes de Libras nas audiências em que figurem partes surdas

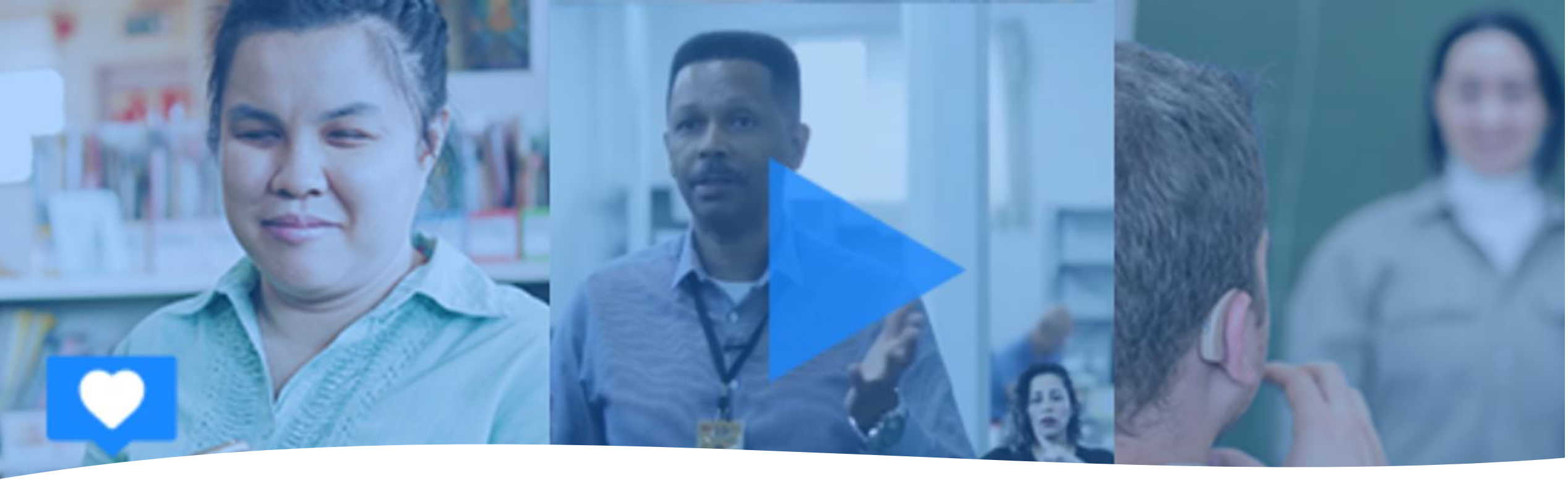
SEÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

No dia 9 de março de 2022, em cumprimento à Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 401/21, a Corte paulista criou a Seção de Acessibilidade e Inclusão, vinculada à Daps, pela Portaria nº 10.091/22

DAPS
DIRETORIA DE APOIO AOS SERVIDORES

Pessoas com deficiência – TJSP

Magistrados(as) com deficiência	12
Servidores(as) com deficiência	1026
Servidores(as) comissionados com deficiência	176
Estagiários(as) com deficiência	14
Trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	12
Conciliadores(as) com deficiência	39
Voluntários(as) com deficiência	0



Página de Acessibilidade

Link: https://www.tjsp.jus.br/acessibilidade

guia de
acessibilidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

CARTILHA DE COMBATE AO CAPACITISMO

Moção de Apoio à Cartilha de Combate ao Capacitismo e sua divulgação nas redes sociais do TJSP e e-mail institucional dos(as) servidores(as) e magistrados(as) da Corte paulista.

Divulgação:

- 355 Desembargadores
- 94 Juízes Substitutos em Segundo Grau
- 2.099 Juízes de Primeiro Grau
- 39.738 Servidores

GUIA SAÚDE DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Moção de Apoio ao Guia Saúde das Pessoas com Síndrome de Down e sua divulgação nas redes sociais do TJSP e e-mail institucional dos(as) servidores(as) e magistrados(as) da Corte paulista.

Divulgação:

- 355 Desembargadores
- 94 Juízes Substitutos em Segundo Grau
- 2.099 Juízes de Primeiro Grau
- 39.738 Servidores

Intérprete de Libras

Trabalhos da Escrevente e Intérprete de Libras, lotada na Seção de Acessibilidade e Inclusão – Daps

- 28 audiências
- 25 vídeos gravados
- 07 eventos presenciais
- 20 lives

Recursos de acessibilidade web

https://www.tjsp.jus.br/Acessibilidade/Orientacoes

É acessível ao público interno e externo

DATAS COMEMORATIVAS E MINUTO ACESSIBILIDADE

DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS DATAS COMEMORATIVAS DE ACESSIBILIDADE - NAS REDES SOCIAIS DA CORTE PAULISTA

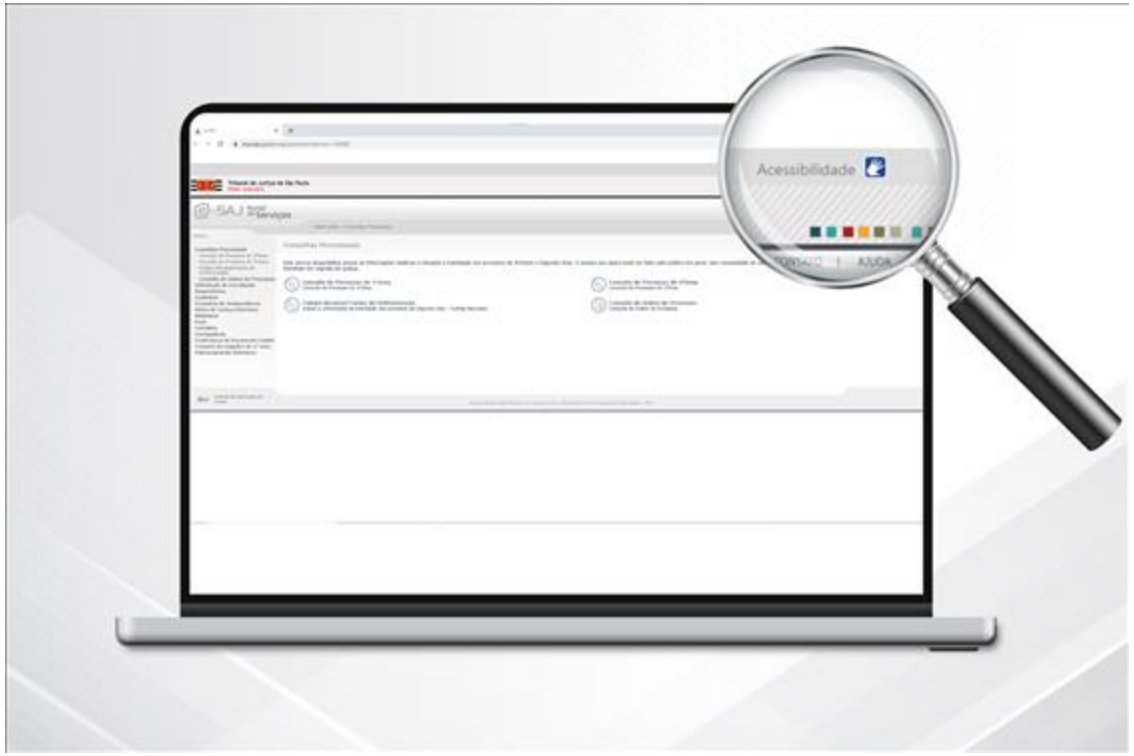
MINUTO ACESSIBILIDADE – DISPONIBILIZADO NO E-MAIL INSTITUCIONAL

REUNIÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

08 de março de 2024

21 de junho de 2024

18 de outubro de 2024



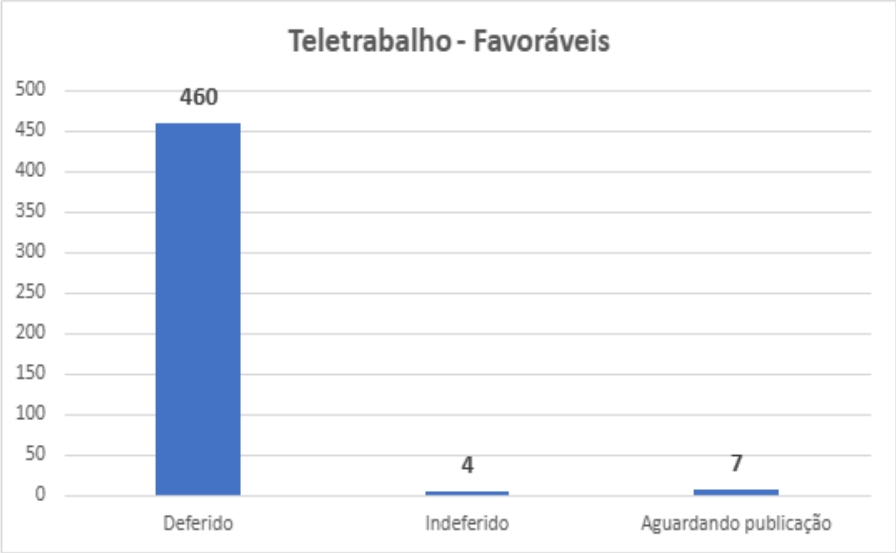
Barra de acessibilidade para usuário do Portal e-Saj

É acessível ao público interno e externo

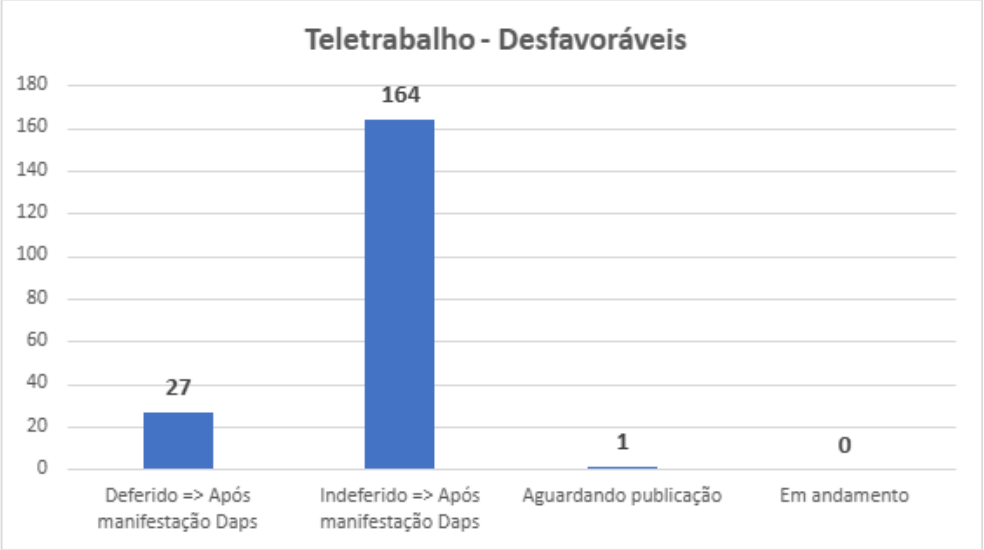
https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=91342&pagina=1

ESTATÍSTICA TELETRABALHO - CAP IV, DA RESOLUÇÃO TJSP Nº 825/21

STATUS - FAVORÁVEL	QUANTIDADE
Deferido	460
Indeferido	4
Aguardando publicação	7
Total	**471**



STATUS - DESFAVORÁVEL	QUANTIDADE
Deferido => Após manifestação Daps	27
Indeferido => Após manifestação Daps	164
Aguardando publicação	1
Em andamento	0
Total	**192**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO N° 925/2024

Regulamenta a concessão de horário especial de trabalho ao(a) servidor(a) com deficiência ou com dependente legal na mesma condição, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por seu **ÓRGÃO ESPECIAL**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, da qual o Brasil é Estado-parte, Decreto nº 6.949/2009;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 98, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112/1990, que concede aos servidores com deficiência, ou que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência, o direito a horário especial de trabalho, sem redução de vencimentos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência e estabelece que a pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 343, de 9 de setembro de 2020, que instituiu condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, resguardada a autonomia dos tribunais, o interesse público e da Administração;

CONSIDERANDO a Resolução nº 850/2021, de 15 de abril de 2021, atualizada pela Resolução nº 864/2022, de 25 de abril de 2022, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, que em seu Capítulo IV trata do Regime de Trabalho de servidores(as) e magistrados(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como daqueles(as) que tenham filhos(as) ou dependentes legais na mesma condição;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 1.237.867, do Tema 1.097, com repercussão geral, reconhecendo a aplicabilidade do artigo 98, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112/90 aos servidores municipais e estaduais; e

RESOLUÇÃO TJSP N° 925/24 - HORÁRIO ESPECIAL

Publicação da Resolução nº 925/2024, que regulamenta a concessão de horário especial de trabalho ao(a) servidor(a) com deficiência ou com dependente legal na mesma condição, no âmbito do Tribunalde Justiça do Estado de São Paulo, em 09 de maio de 2024, entrando em vigor em 01 de julho de 2024.

ESTATÍSTICA HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO – RESOLUÇÃO TJSP Nº 925/24

STATUS	QUANTIDADE
Desfavoráveis => Deferido após manifestação Daps	12
Desfavoráveis => Indeferido após manifestação Daps	34
Aguardando publicação	13
Em andamento	0
TOTAL FLUXOS RECEBIDOS - DESFAVORÁVEIS	**59**

PALESTRAS DE ACESSIBILIDADE 2024

Compreendendo o autismo: empatia e comunicação

587 participantes

Precisamos falar sobre saúde mental

651 participantes

O que é mieloma múltiplo? Diagnóstico e tratamentos

271 participantes

Desafios diários no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH

685 participantes

Alzheimer: Diagnóstico, prevenção e tratamento

726 participantes

Ansiedade e depressão: suas implicações e causas

634 participantes

Inovação Social e Acessibilidade

228 participantes

Compreendendo o Autismo: Empatia e Comunicação

Precisamos Falar sobre Saúde Mental

O que é Mieloma Múltiplo? Diagnóstico e Tratamentos

Desafios Diários no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH

Alzheimer: Diagnóstico, Prevenção e Tratamento

Ansiedade e Depressão: suas Implicações e Causas

Inovação Social e Acessibilidade

222 aulas ministradas

TJSP inicia Segunda Edição do Projeto Manhãs com Libras

A Seção de Acessibilidade e Inclusão, vinculada à Diretoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (Daps), iniciou, no dia 15 de março, à segunda edição do projeto “Manhãs com Libras”. A iniciativa proporciona encontros semanais de treinamento *on-line* para aperfeiçoamento da prática na Língua Brasileira de Sinais. O objetivo do curso é facilitar o atendimento de pessoas com deficiência auditiva no Judiciário paulista, proporcionando a garantia de direitos e o acesso à Justiça, em conformidade com as diretrizes de acessibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CURSO DE CAPACITAÇÃO: PRÁTICAS INCLUSIVAS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

A Seção de Acessibilidade e Inclusão, vinculada à Diretoria de Apoio aos Servidores (Daps) em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), realizou o Projeto Práticas Inclusivas de Atendimento ao Público. O Objetivo é fomentar a inclusão das pessoas com deficiência no Judiciário Paulista por meio de treinamentos oferecidos aos Servidores e funcionários terceirizados que atuam como Agentes de Fiscalização. Em 2024 os eventos ocorreram no Fórum João Mendes Júnior, na sala do servidor, nos dias 20 a 23 de março e de 26 a 27 de novembro.

441 participantes

RODA DE CONVERSA CONSTRUINDO ACESSOS EM SAÚDE MENTAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

60 participantes

Participação da servidora Fernanda Fernandes Gonsalez de Oliveira como palestrante na palestra ocorrida no dia 19 de agosto de 2024

5ª EDIÇÃO DA SEMANA DA ACESSIBILIDADE DE 16 A 19 DE SETEMBRO DE 2024

1422 participantes

SEMANA DA ACESSIBILIDADE

[5ª EDIÇÃO]

segunda-feira — **16/9** | 15 às 17h

ABERTURA

Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia
Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

Desembargador Irineu Jorge Fava
Coordenador da Daps. Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJSP

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Mara Gabrilli

Senadora, perita do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Autora do texto final da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). Foi a primeira secretária municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Desenvolve programas de inclusão e defesa de direitos para PCDs.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E RELAÇÕES DE TRABALHO: REFLEXÕES SOB A ÓTICA DA TRANSVERSALIDADE

Fernando Gamburri

Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia e professor adjunto (licenciado) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre pela PUC/SP e doutor pela USP. Ex-procurador do município de Natal (RN).

terça-feira

17/9 | 15 às 17h

A HISTÓRIA DAS PESSOAS QUE NÃO TINHAM HISTÓRIA

Maria Valéria de Paula Santos

Delegada de Polícia titular da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência. Participa, como entrevistada, semanalmente, de programa de rádio RBN-Notícias de São Paulo. Autora do artigo "O Mito da Caverna do Deficiente" para o Livro Deficiência e os Desafios para uma Sociedade Inclusiva.

O PODER DA INCLUSÃO E O INCENTIVO À EMPATIA

Cristina Rovai

Assistente judiciário do TJSP, formada em Direito, especialista em diversidade, inclusão e acessibilidade. Integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. Voluntária na Associação Dar a Mão - Grupo de Acolhimento.

LEGENDAS NO VÍDEO?

*Aprenda **aqui** a acioná-las nos eventos ao vivo*

quarta-feira

18/9 | 15 às 17h

OS DESAFIOS DA MATERNIDADE ATÍPICA

Gabriela Arantes Wagner

Mãe da Laura, adolescente com síndrome de Down, pró-reitora adjunta da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e professora adjunta do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp. Pesquisadora do Comitê Técnico Científico da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e do Instituto Jô Clemente.

DESCONSTRUINDO A SÍNDROME DE DOWN

Monise Sbrissa

Empresária, publicitária, mãe do Joaquim e fundadora do Instituto Downlândia

Ana Paula Camillo

Empresária, pedagoga, mãe do Lucca e fundadora do Instituto Downlândia

Pamela Galvão

Empresária, publicitária, mãe da Mel e fundadora do Instituto Downlândia

quinta-feira **19/9** | 15 às 17h

CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL INCLUSIVO

Anna Paula Feminella

Secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A IMPORTANCIA DE PROMOVER UM AMBIENTE INCLUSIVO

Ivone Santana

Fundadora e diretora do Instituto Modo Parités, para estruturar programas de inclusão social e diversidade. Possui MBA em Gestão de Negócios, foi diretora executiva da Rede Empresarial de Inclusão Social, integrante da Secretaria da Câmara Paulista de Inclusão e do Fórum Paulista de Acessibilidade.

sexta-feira

20/9 | 12 às 13h

APRESENTAÇÃO MUSICAL

Luan Richard

Cantor, intérprete, violonista, guitarrista, produtor musical e tecladista. Músico representante na Programação Cultural da Casa Brasil das Paralimpíadas de Paris. Atuou por cinco anos na Banda Tribo de Jah.

Angélica Cardoso Gama

Cantora, intérprete, multi-instrumentalista e compositora. Autora do Projeto Mulheres Acústicas, onde interpreta canções cantadas originalmente por mulheres, enquanto toca violão ou teclado e faz percussão com os pés.

Judiciário paulista participa do 1º Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial

O Judiciário Paulista participou, entre os dias 18 e 20 de setembro, do 1º Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial, evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, para fortalecer o diálogo, promover boas práticas e criar diretrizes para assegurar a inclusão e acessibilidade no sistema judicial brasileiro. O encontro reuniu magistrados e servidores de todo o país, profissionais do sistema de Justiça e especialistas no assunto, entre eles as servidoras do TJSP Eliana da Silva Flacon e Fernanda Fernandes Gonsalez de Oliveira, ambas da Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS).

TJSP recebe Selo Linguagem Simples 2024 do CNJ

O Tribunal de Justiça de São Paulo recebeu, no dia 16 de outubro, o Selo Linguagem Simples 2024, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De 750 iniciativas inscritas, 48 receberam o selo, em cerimônia realizada no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF).

TJSP INAUGURA CENTRAL DE INTERMEDIAÇÃO EM LIBRAS DO FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR

O Tribunal de Justiça de São Paulo inaugurou, em 22 de outubro de 2024, a Central de Intermediação em Libras (CIL) do Fórum João Mendes Júnior, responsável por mediar a comunicação de pessoas com deficiência auditiva que buscam o Judiciário, com o auxílio de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais para audiências e atendimento ao público. A ação é fruto de parceria do Poder Judiciário paulista, por intermédio da Diretoria de Apoio aos Servidores (Daps), com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) da Prefeitura de São Paulo.

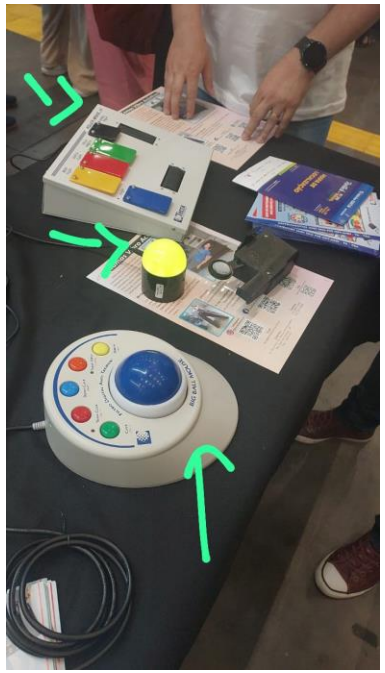
Fórum Hely Lopes Meirelles recebe Central de Intermediação em Libras

02 de dezembro 2024

Inaugurada Central de Intermediação em Libras do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães

05 de dezembro de 2024

No dia 21 de novembro de 2024, as servidoras da Seção de Acessibilidade e Inclusão da Daps, Eliana Flacon e Fabiana Santos, visitaram a Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech). O objetivo foi coletar informações sobre os avanços na área de tecnologia assistiva. As informações coletadas servirão de base para elaboração de estudos de viabilidade.



PARTICIPAÇÕES DA SEÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - 2024

Participação nas reuniões do Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal, nos dias 07 de fevereiro, 03 de abril, 05 de junho, 07 de agosto, 02 de outubro e 11 de dezembro

Reunião com integrantes do Tribunal de Justiça do Maranhão objetivando a troca de experiências e projetos acerca da acessibilidade em 16 de março de 2024.

Palestra ministrada pela Diretora Patrícia De Rosa Pucci Canavarro, representando o TJSP na OAB - Centro no IV Fórum Nacional dos Diretos da Pessoa com Deficiência, em 09 de setembro de 2024.

Reunião o Ministério Público do Estado de SP., no dia 25 de setembro para orientá-los e fornecer material para implementação e políticas institucionais naquele Órgão sobre Acessibilidade.

Reunião da Daps com a Defensoria Pública de S.P., no dia 02 de outubro para orientá-los e fornecer material para implementação de políticas institucionais naquele Órgão sobre Acessibilidade.

PROJETO BANHEIROS ACESSÍVEIS

Projeto de fixação de placas com identificação para os banheiros acessíveis de todos os prédios do TJSP.

FPAI

FÓRUM PAULISTA PARA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Por determinação da Presidência, a Ilustríssima Senhora Patrícia De Rosa Pucci Canavarro, Diretora da Diretoria de Apoio aos Servidores, foi indicada como representante do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência.

Principais resultados alcançados: Foram especificados nas respectivas ações enumeradas.

Desafios enfrentados: Os desafios enfrentados pela Seção de Acessibilidade e Inclusão foram justamente nos envolvimentos entre várias Secretarias da Corte Paulista.

Seção de Acessibilidade e Inclusão TJSP

Contato: acessibilidade.daps@tjsp.jus.br
Telefones:(11) 3538-9354/ 3538-9362/3538-9075
Fórum João Mendes Júnior, 13º andar, sala 1310

DAPS
DIRETORIA DE APOIO AOS SERVIDORES

Judiciário paulista mais inclusivo